

ANC 88
 Pasta 03-05/85
 049/1985

PMDB busca acordo para Constituinte

JORNAL DE BRASÍLIA

Dirigentes e líderes do PMDB não estão advogando qualquer novo pacto político que possa ser interpretado como ressurreição da velha tese de conciliação nacional. Segundo eles, o que se está buscando é um acordo político para limpar o terreno e abrir caminho às eleições para a Assembleia Constituinte à 15 de Novembro de 86.

Esse acordo implica, principalmente, na reforma eleitoral e partidária, e eleições diretas de prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de interesse da Segurança Nacional, em novembro deste ano.

O PMDB e o PFL nisso estão de pleno acordo, o PDS e o PDT pretendem insistir na fixação do mandato presidencial o mais rápido possível, além de tentar antecipar a eleição para a constituinte.

Os principais líderes do PMDB, nos contatos recentes mantidos com o presidente em exercício José Sarney e com ministros e dirigentes do PFL, têm reafirmado o apoio integral ao governo e a disposição de cumprir os compromissos da Aliança Democrática.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, da mesma forma que o deputado Pimenta da Veiga, entende que o problema da duração do mandato presidencial deve ser da competência da Assembleia Constituinte: "ninguém fala em seis anos, a discussão envolve o mandato de 4 ou 5 anos, ninguém tem dúvidas, também, de que o próximo Presidente será eleito pelo voto direto — em 1988 ou 1989" — observou o senador Paulista.

Fernando Henrique e Pimenta da Veiga também não admitem reforma ministerial, se confirmado o longo impedimento de Tancredo Neves.

Herança

Acha o senador Fernando Henrique que a sociedade não está interessada em troca de ministros, mas sim em atos concretos da administração, capazes de tirarem o País na enorme crise sócio-econômica.

Ele confirmou a informação de que o presidente Sarney oportunamente, mostrará ao País a

herança que o novo governo recebeu, nos campos social, econômico, financeiro e administrativo.

Quanto à proposta do PDS, de fixar desde logo, na reforma eleitoral e partidária, as eleições presidenciais diretas, o líder do governo no Congresso acha que haverá entendimento e assegurou que todos os partidos são a favor de eleições diretas para o próximo Presidente. "O problema deve ficar com a Constituinte, para fixar a duração do atual e do futuro mandato presidencial, e a data da próxima eleição direta de Presidente. Ninguém quer mandato de seis anos, mas não seria correto o atual Congresso reduzir o mandato do Presidente, seria um impeachment obliquo, segundo os constitucionais — comentou Fernando Henrique Cardoso, depois de se reunir-se ontem pela manhã com o líder do PDS no Senado, Múrcio Badaró.

Equilíbrio

Salientando que o encontro que manteve ontem com o ministro Marco Maciel, ontem, foi de caráter estritamente político, o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, disse que o pacto político firmado entre o PMDB e o PFL só será mantido em torno de um critério de equilíbrio de forças heterogêneas, na hipótese da ausência do presidente Tancredo Neves. Este critério, na sua opinião, seria a composição das forças políticas através da proporcionalidade dos votos que levou este grupo ao poder.

Exemplificando, Suruagy acredita que a composição do 3º escalão deve obedecer a este critério, que viria substituir "o carisma e a habilidade política" de Tancredo. O governador de Alagoas disse que no seu Estado isso beneficiaria seu partido, o PFL, onde os votos dados a Tancredo no Colégio Eleitoral foram em número de onze, contra três do PMDB. Nos estados de São Paulo, Paraná e Goiás, por exemplo, a situação se inverteria.

Suruagy observou que ninguém tem autoridade para falar em reforma ministerial no momento atual. "Seria uma falta de ética". A decisão sobre isso deve ser presidente Sarney, disse.

18 ABR 1985